



Jonas Pereira/Agência Senado



Sarney preside reunião de líderes: criação de CPI mista exige assinaturas de pelo menos 27 senadores e 171 deputados

Lia de Paula/Agência Senado



Pinheiro (E), Antonio Carlos Valadares, eleito ontem presidente do Conselho de Ética, Jayme Campos e Vital do Rêgo

## Líderes apoiam CPI mista do caso Cachoeira

Comissão de deputados e senadores deve investigar relações entre parlamentares, servidores, empresas e o suposto líder de esquema de exploração de jogo ilegal

As lideranças do Senado decidiram ontem apoiar a criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito, e não exclusiva do Senado. A expectativa é de que a

instalação ocorra na próxima semana. Escutas da Polícia Federal revelaram conversas suspeitas entre Carlinhos Cachoeira, o senador Demóstenes Torres, deputados e servidores.

### Presidente de conselho, Valadares acata processo contra Demóstenes

5

### Órgão público poderá ser obrigado a receber denúncia on-line 6

### Novo indexador para dívida dos estados não tem consenso 4



Marcia Koluma/Agência Senado

Presidida por Rollemberg (2º à esq.), CMA reúne estudiosos que apontam necessidade de uso racional dos recursos

### Cerrado precisa de lei específica, dizem analistas

Dados divulgados ontem em audiência realizada pela Comissão de Meio Ambiente dão conta de que o segundo maior

bioma do país já teve metade da área original modificada pela ação humana, principalmente nos últimos 50 anos. 7

### Pesquisadoras: faltam regras para polícia atender mulheres 8

### MP da educação rural é elogiada por especialistas em audiência 3

Genildo Mangel/Agência Senado



Relator da proposta na CAE, José Pimentel (D) conversa com Delcídio do Amaral (E), Antonio Russo e Francisco Dornelles

### Lavagem de dinheiro pode ficar mais difícil

Isso é o que prevê o senador Antonio Carlos Valadares, autor de projeto sobre o assunto aprovado ontem pela Comissão de

Assuntos Econômicos. Segundo o relator, José Pimentel, texto equipara a legislação brasileira à de países desenvolvidos. 4

### Votação da Lei da Copa só sai depois de audiência com presidente da Fifa

Segundo Roberto Requião, Joseph Blatter já teria aceitado convite. 6

### Marinha avaliou mais de cem cruzeiros em quatro anos

Números foram revelados durante audiência no Senado sobre a segurança dos cruzeiros no país. 6



Arthur Monteiro/Agência Senado

Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, com os senadores Requião e Bauer na CE

Diretora da agência afirma que perspectivas de exploração e produção nas áreas não licitadas vão muito além do potencial do pré-sal, segundo estudo geológico e geofísico

# ANP vê potencial para gás e petróleo no Norte e Nordeste

O NORTE E o Nordeste do Brasil podem se tornar grandes produtores de petróleo e gás natural, de acordo com a diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Magda Chambriard. Ela esteve no Senado ontem para apresentar ao presidente José Sarney as perspectivas de exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil nas áreas não licitadas.

— Estamos muito otimistas em relação ao potencial exploratório do Brasil e achamos que esse potencial vai muito além do pré-sal. O país tem espaço para exploração e produção de petróleo e gás natural também no seu interior, nos estados do Nordeste e também nessa margem equatorial que

vai do Rio Grande do Norte até o Amapá — disse a diretora-geral.

Segundo Magda, as informações fazem parte de estudo geológico e geofísico elaborado pela ANP. Ela também assinalou que recentes descobertas de reservas de petróleo na costa da Guiana Francesa reforçam a esperança de novas descobertas no litoral brasileiro.

## Chevron

Questionada sobre as conclusões da Agência Nacional do Petróleo no episódio dos vazamentos ocorridos no Campo do Frade, na Bacia de Campos (RJ), em novembro de 2011, a diretora-geral da ANP confirmou que o relatório

elaborado pela agência aponta irregularidades cometidas pela empresa nas atividades de exploração de petróleo na região. Ela não especificou, no entanto, as irregularidades apontadas para não prejudicar o processo administrativo.

— Sem dúvida nenhuma, a Chevron deu causa a esse acidente. As nuances dessa causa preferimos divulgar depois. Está em fase de contraditório, de ampla defesa — disse.

Sobre o segundo vazamento, ocorrido em março, na mesma região, a diretora da ANP explicou que a investigação ainda não foi concluída pela agência, mas afirmou que a hipótese mais provável é de que o episódio tenha relação com o primeiro vazamento.



Magda Chambriard apresenta a Sarney resultados de estudo feito pela ANP

## Novos presidentes do STF e do TSE convidam para posse

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto e Cármen Lúcia. Ambos convidaram-no para as cerimônias de suas posses nas presidências do STF e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), respectivamente.

A posse de Ayres Britto será realizada em 19 de abril, às 16h. Ele sucede o atual presidente, ministro Cezar Peluso, e ficará no cargo até novembro, quando completa 70 anos.

Ayres Britto foi empossado ministro do STF em junho de 2003, nomeado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A vice-presidência da corte será ocupada pelo ministro Joaquim Barbosa.

Já a solenidade de posse de Cármen Lúcia será realizada um dia antes, em 18 de abril, às 19h30, no Plenário do TSE. Ela vai substituir o ministro Ricardo Lewandowski. Assumirá como vice-presidente da corte, na mesma cerimônia, o ministro Marco Aurélio Mello.

## Sarney apoia estrutura para turmas dos juizados especiais

O presidente do Senado, José Sarney, manifestou apoio ao PL 1.597/11, que cria estrutura permanente para as turmas recursais dos juizados especiais federais, além de 225 cargos de juizes federais em todo o país. Ele recebeu ontem o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Gabriel Wedy, que pediu celeridade para a votação.

— A criação dos juizados evita o acúmulo muito grande de processos referentes às classes mais pobres — disse Sarney.

Conforme explicou Wedy, os juizados especiais foram criados há pouco mais de dez anos para atender à população mais necessitada, em causas de até 60 salários mínimos, mas a maior parte dos processos só é concluída após dois anos. Segundo ele, já foram atendidos 18 milhões de brasileiros e distribuídos R\$ 26 bilhões em ações. Na avaliação de Wedy, a população precisa de uma Justiça mais ágil. Ele disse que já existem magistrados nos quadros da Justiça Federal para serem alocados, além de recursos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## Comunicação do Senado esclarece sobre a Sams

A Assessoria de Imprensa da Secs encaminhou a nota abaixo — com base em comunicado da Diretoria-Geral enviado aos servidores — à *Folha de S.Paulo*, com esclarecimentos sobre a Secretaria de Assistência Médica e Social

Matéria veiculada no dia 8 de abril, às 20h, no programa *TV Folha*, da TV Cultura, traz informações incorretas e injustas a respeito da Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado (Sams).

Equipe de reportagem da referida TV visitou as dependências da Sams após o horário de expediente e captou imagens dos ambulatórios vazios, o que passou para o público a ideia de subutilização dos espaços e dos profissionais que ali trabalham. O serviço de atendimento ambulatorial do Senado funciona das 8h às 12h e das 14h às 18h, durante os dias úteis. A sala de emergência, que está em funcionamento das 7h às 24h, não mereceu a mesma atenção dada aos ambulatórios, que já haviam fechado. Também não foi citado o trabalho do atendimento médico em torno do Plenário, no Anexo 2.

É importante observar que esta administração, comprometida com a diminuição de gastos, verificou que os plantões do final de semana podiam ser extintos e que aqueles dos dias úteis, reduzidos, sem afetar a qualidade de atendimento oferecida pela Sams. O novo horário dos plantões foi implementado em outubro de 2011.

A jornalista confunde o serviço de atendimento ambulatorial e de pronto atendimento do Senado com um hospital, levando aos cidadãos uma falsa informação. Afirma, ainda, que se destina a atender apenas os senadores e seus familiares. O público atendido pela Sams abrange, além dos senadores e respectivos

dependentes legais, ex-senadores e cônjuges, servidores ativos e inativos e seus dependentes legais, e pensionistas. Funcionários terceirizados e estagiários, quando em situações de urgência e emergência, também são atendidos pela secretaria, assim como qualquer visitante acometido de mal súbito dentro do complexo arquitetônico do Senado Federal. O público potencial da Sams é de aproximadamente 28 mil pessoas, maior que o de muitas cidades brasileiras.

Em 2011, foram realizados aproximadamente 100 mil atendimentos médicos, de enfermagem e odontológico. Uma média de quase 9 mil atendimentos por mês, número superior aos 5 mil estimados pela repórter.

Além disso, a Sams dá especial atenção à medicina preventiva, com os seguintes programas: assistência ao paciente diabético; apoio ao paciente hipertenso, ao dependente químico e à gestante; atenção ao idoso; programa de escolha profissional; orientação a pais; psicoterapia de duração limitada; grupo de apoio para familiares e cuidadores; grupo de estimulação cognitiva para idosos; grupo de meditação e relaxamento no trabalho; grupo de tabagismo; oficina de memória; e palestras educativas.

Esta direção sempre se colocou à disposição da imprensa. Se a jornalista tivesse entrado em contato conosco, teria tido oportunidade para corrigir as distorções inseridas na matéria.

Senado Federal/Secs/Assessoria de Imprensa

## Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após às 19h10 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

## Plenário Precatórios

14h A proposta que amplia o prazo de adesão ao regime especial de precatórios até 31 de dezembro de 2012 consta da pauta da sessão deliberativa.

## Presidência Setor de telecomunicações

11h30 O senador José Sarney recebe o diretor executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e Serviço Móvel Celular e Pessoal e também presidente executivo da Federação Brasileira de Telecomunicações, Eduardo Levy, acompanhado de representantes do setor de telefonia. Às 16h, preside a ordem do dia.

## CAS Seguro para catadores de caranguejo

9h Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, proposta que estende ao catador de caranguejo o benefício do seguro-desemprego durante o período do defeso da espécie.

## CCT/CI Marco legal da informática

9h As comissões de Ciência e Tecnologia e de Infraestrutura debatem o marco legal da informática, de forma a avaliar as ações de incentivo ao uso de *software* nacional, as políticas de desoneração fiscal e o estímulo a compras governamentais que envolvam o setor. Entre os convidados, o diretor do Departamento de Integração de Sistemas de Informação do Ministério do Planejamento, Corinto Meffe.

## TIControle Tecnologia da Informação

9h Reunião da Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle (TIControle) para discutir como melhorar a gestão pública, por meio do compartilhamento de conhecimentos de tecnologia da informação. Diretora-geral do Senado, Doris Peixoto vai falar sobre governança corporativa e gestão estratégica.

## CCJ Unificação de alíquotas do ICMS

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina projeto de resolução do Senado (PRS 72/10) que unifica as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com mercadorias importadas. Outra proposta em pauta trata da reforma administrativa do Senado.

## CAE Imposto sobre comércio de importados

14h O item único da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos é o projeto de resolução (PRS 72/10) que unifica as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com importados.

## Copa 2014 Plano de trabalho

14h Reunião da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016, que funciona no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para apresentação do plano de trabalho.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões  
Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

## Senado aprova empréstimo de US\$ 60 milhões para Bahia

Um empréstimo de US\$ 60 milhões para a Bahia foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado (MSF 27/12). O crédito, a ser concedido pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, será aplicado na distribuição de água potável, para reduzir a mortalidade e as despesas com consultas médicas e hospitalizações. Os principais beneficiados serão crianças até 4 anos de idade e adultos maiores de 65 anos.

Os resultados esperados com a implementação do programa são: aumento do número de famílias com acesso aos serviços de água potável, nos distritos onde não está disponível ainda; aumento da cobertura com a vacina do rotavírus; melhorias nas unidades neonatais nos hospitais do estado; e ampliação das equipes do Programa Saúde da Família.

Os recursos, investidos no Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, deverão ser aplicados até 31 de dezembro de 2015. O empréstimo tem a garantia da União e havia sido aprovado ontem mesmo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Foi adiada para amanhã a análise da Proposta de Emenda à Constituição 63/11, que reabre até 31 de dezembro de 2012 o prazo para estados, Distrito Federal e municípios aderirem ao regime especial de pagamento de precatórios. O regime foi criado pelo art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituído pela Emenda Constitucional 62, de 2009, que obriga municípios a destinarem de 1% a 1,5% de suas receitas correntes líquidas ao pagamento dos precatórios.

## Viana defende Código Florestal aprovado no Senado

Jorge Viana (PT-AC) defendeu ontem o novo Código Florestal, aprovado pelo Senado, e fez um apelo à

Câmara dos Deputados para que não ceda a “posicionamentos mais extremados”. O Brasil, segundo ele, deve seguir como exemplo de legislação ambiental para o mundo.

Para o senador, o posicionamento de segmentos mais radicais fez com que o Senado recebesse uma proposta conflituosa, mas a Casa conseguiu elaborar regras capazes de conciliar a defesa das florestas com a segurança jurídica para produção de alimentos.

Em aparte, Casildo Maldaner (PMDB-SC) comentou que o texto do Senado, “se não é o melhor, é o possível”, e classificou como indispensável o consenso em torno da matéria.

## Davim lamenta efeitos da seca no Rio Grande do Norte

Paulo Davim (PV-RN) lamentou a seca que tem deixado pequenos agricultores e pecuaristas de seu estado em alerta.

Davim informou que o governo do Rio Grande do Norte recebeu, na última semana, relatórios de diversos órgãos com dados que recomendam a decretação de estado de emergência em vários municípios.

— O governo deve abrir frentes de trabalho para aliviar a situação — declarou.

De acordo com o senador, o município de Mossoró, maior cidade do interior, registrou 83% menos chuva em relação ao ano passado, o que comprometeria a cultura do milho. Ele sugeriu a abertura de linhas de crédito especiais para os agricultores em situação de dificuldade de produção.

## Casildo cobra do governo marco regulatório para a defesa civil

Casildo Maldaner (PMDB-SC) cobrou ontem o cumprimento da promessa do governo federal de enviar ao Congresso projeto de lei esta-



belecendo um marco regulatório da defesa civil no país. Para isso, explicou o senador, é necessária a reformulação do Fundo Nacional de Calamidades Públicas.

Segundo Casildo, o compromisso foi firmado pela

ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, quando da votação, no fim de março, da Medida Provisória 547/11, que instituiu a Política Nacional de Defesa Civil e o novo Fundo Nacional de Defesa Civil.

Casildo voltou ao tema em função de temporal ocorrido na sexta-feira, em Teresópolis (RJ), quando mil pessoas ficaram desabrigadas e cinco morreram.

Mudanças foram defendidas pelo ministro da Educação e outros convidados na audiência realizada pela comissão de senadores e deputados. Relator acredita em aprovação dois dias após seu parecer



O senador Waldemir Moka (C) preside a mesa com os participantes da audiência pública que discutiu a medida provisória

## Especialistas elogiam MP para educação no campo

A MEDIDA PROVISÓRIA (MP) 562/12, que estabelece uma série de medidas para a educação rural, inclusive aumento de recursos, foi defendida ontem pelos quatro especialistas convidados para a audiência pública realizada pela comissão mista especial criada para analisar a relevância e a urgência da proposta.

O ministro interino da Educação, José Henrique Paim Fernandes, disse que a MP vai aumentar recursos para a educação no campo, com investimento em programas como o Mais Educação, Brasil Alfabetizado, Caminhos da Escola e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Também estão na previsão do MEC construção de escolas; compra e distribuição de livros didáticos; saneamento e pequenas reformas nas escolas; apoio à educação de jovens e adultos (EJA) e investimentos na Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Maria Nilene Badeca da Costa, disse que a institucionalização do Plano de Ações Articuladas (PAR) fortalece a formação

continuada de professores e beneficia a oferta da educação em período integral no campo.

A representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Márcia Adriana de Carvalho, destacou que a MP beneficia não só a educação infantil mas também a de jovens e adultos, além da formação profissional continuada de professores.

O membro da Comissão Nacional de Educação do Campo (Conec), Luiz Peixoto da Silva, classificou a MP como um “momento marcante” no qual o governo federal passa a atender antigos pleitos da população do campo.

O relator, deputado Padre João (PT-MG), reconheceu que o Brasil ainda está em dívida com a população do campo e destacou que a aprovação da MP vai diminuir o número de pessoas não alfabetizadas. Ele informou que seu relatório será entregue no dia 17 de abril e que a MP pode ser votada pela comissão dois dias depois, evitando que se tranque a pauta a partir de 5 de maio.

O presidente da comissão, composta por 12 senadores e 12 deputados, é o senador Waldemir Moka (PMDB-MS).

## Mais recursos para ensino da população rural

Além de institucionalizar o PAR, a MP 562/12 inclui os polos presenciais do sistema UAB na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e contempla com recursos do Fundeb instituições comunitárias que atuam na educação do campo.

Também destina recursos da União para EJA e inclui, entre as atribuições da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a de subsidiar o MEC na formulação de políticas e atividades para formação de professores.

A MP estabelece que o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Peja) terá como base o número de estudantes atendidos nos estabelecimentos públicos de ensino, mesmo que as matrículas ainda não tenham sido computadas pelo Fundeb.

## Lídice quer novas regras para áreas de livre comércio



Lídice da Mata (PSB-BA) pediu apoio para aprovação do seu projeto que flexibiliza regras das zonas de processamento de exportação (ZPEs), PLS 764/11.

A proposta já foi aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e irá para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos.

— As necessidades de desenvolvimento do Brasil clamam pelas ZPEs — afirmou a senadora, que vê no projeto uma maneira de tornar mais ágil o processo de instalação dessas áreas de livre comércio.

## Suplicy pede vinda de blogueira cubana ao Brasil



Eduardo Suplicy (PT-SP) fez um apelo às autoridades de Cuba para que atendam o pedido do documentarista Cláudio Galvão e permitam a vinda da blogueira Yoani Sanches ao Brasil, para lançamento do documentário sobre ela, no próximo dia 21.

Suplicy também citou dois requerimentos que apresentou à Comissão de Relações Exteriores: um pedindo a Cuba a concessão de um indulto geral aos prisioneiros políticos e outro solicitando aos Estados Unidos a suspensão do embargo econômico à ilha.

## Jucá comemora encontro entre Dilma e Obama



Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou ontem que o encontro da presidente Dilma Rousseff com o presidente norte-americano, Barack Obama, nos Estados Unidos, foi mais um passo na aproximação dos dois países.

— São duas das seis principais economias do mundo, os dois maiores países das Américas, que têm uma complementaridade não só na sua economia, mas também na cultura, na ciência e tecnologia, enfim, na pesquisa, nos avanços tecnológicos — disse o senador.

Proposta de Antonio Carlos Valadares, aprovada ontem na CAE, equipara legislação brasileira à de Suíça e EUA, segundo o relator, José Pimentel

# Combate à lavagem de dinheiro pode ser aperfeiçoado no país

A CRIAÇÃO DE impérios econômicos resultantes de atividades ilícitas ficará mais difícil. A previsão foi feita ontem pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) diante da aprovação de projeto de sua autoria que visa combater os crimes de lavagem de dinheiro.

Valadares se referia ao substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 209/03, que torna efetiva a imposição de perdas econômicas aos criminosos e contraventores. Na essência, o substitutivo acolhido ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado elimina da Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/98) a lista dos chamados crimes antecedentes.

Isso significa que a ocultação de valores de qualquer origem ilícita abre condições para a punição por lavagem. Hoje, a lei restringe a punição a determinadas origens.

Como destacou o relator, José Pimentel (PT-CE), a nova regra equipara a legislação brasileira à de países como Estados Unidos, México, Suíça, França e Itália.



Delcídio do Amaral preside reunião da CAE: projeto aprovado ontem ainda terá de passar pela CCJ para seguir à sanção

O projeto possibilita a apreensão de bens em nome de “laranjas” — pessoas para quem os criminosos ou contraventores transferem posses ocultando o patrimônio real.

O processo também se torna mais rápido. O julgamento poderá ser feito à revelia e o juiz poderá determinar a alienação antecipada de bens, caso apresentem risco de deterioração ou sejam de manutenção onerosa. Valadares disse que, em 2011, havia R\$ 2,4 bilhões em bens retidos no país, decorrentes de processos sobre atividades suspeitas.

A proposta prevê ainda que os valores arrecadados nos leilões se destinem a uma conta vinculada. Havendo absolvição, retornam aos réus. Em caso de condenação, vão para o erário.

A delação premiada será aprimorada, podendo acontecer a qualquer tempo. Assim, mesmo depois do julgamento, o juiz pode deixar de aplicar a pena a criminoso que colabore com a Justiça na apuração de infrações penais ou na recuperação de valores.

A multa para empresas que não comunicarem operações

suspeitas ao sistema de prevenção à lavagem de dinheiro passa de R\$ 200 mil para R\$ 20 milhões. Segundo Valadares, essas operações chegaram a 1,3 milhão, no ano passado.

Para Valadares, as medidas combatem “o crime em seu nascedouro”. José Pimentel concorda. Segundo ele, o combate à lavagem de dinheiro é umas das formas mais eficientes de enfrentar crimes graves.

O projeto será analisado terminativamente pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para que possa ser sancionado pela presidente Dilma Rousseff.

## Dornelles cita debate sobre desvalorização cambial em Genebra

Francisco Dornelles (PP-RJ) destacou ontem um seminário organizado mês passado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, Suíça, por sugestão do governo brasileiro, para debater concorrência desleal e a relação entre câmbio e comércio internacional. A ideia, segundo o senador, era entender em quais situações a desvalorização de uma moeda nacional é prática desleal.

Segundo Dornelles, o evento concluiu que a combinação de ajuste de tarifas externas com subsídios à exportação pode ter efeito equivalente à desvalorização cambial.

— O assunto precisa ser amplamente discutido, porque os subsídios de natureza fiscal estão sendo substituídos por subsídios de natureza cambial — disse Dornelles.



Debate na Suíça foi sugerido pelo governo brasileiro, diz Dornelles

## Senadores querem IPCA na dívida de estados

A proposta do Executivo de trocar o indexador das dívidas dos estados não foi bem aceita pelos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ontem. A ideia do governo é usar a taxa Selic, do Banco Central, que substituiria o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI), mais juros reais, utilizado atualmente.

O alerta foi dado por Francisco Dornelles (PP-RJ): estados e municípios não podem aceitar que a União, como parte credora, imponha um índice fixado por ela própria. Na avaliação dele, o mais adequado é o Senado discutir um projeto de lei complementar que adote como indexador o

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que hoje corrige os contratos de empréstimos do BNDES com empresas privadas.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que a fixação de condições unilaterais por uma das partes torna o contrato injusto e uma “aberração jurídica”, passível de nulidade.

Após afirmar que o IPCA é o mais adequado, Wellington Dias (PT-PI) explicou que o governo não fechou questão. Ele elogiou a disposição da presidente Dilma Rousseff de discutir e lembrou que isso faz parte de um conjunto, que inclui ainda a repartição do ICMS do comércio eletrônico e o fim da guerra dos portos.

Wellington lembrou que as regras de divisão do Fundo de Participação dos Estados só valem até 31 de dezembro deste ano e que deve ser definida a divisão dos royalties do pré-sal. Devido às eleições de outubro, ele espera que tudo se resolva até julho.

Delcídio do Amaral (PT-MS) disse que o fim da guerra dos portos e a repartição do ICMS do comércio eletrônico podem ter decisões importantes nesta semana.

Hoje a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deve votar o PRS 72/10, que uniformiza o ICMS em operações interestaduais de importados, e a PEC 56/11, sobre impostos no comércio eletrônico.

## Lindbergh rejeita substituição do IGP-DI pela Selic



Moneira Moneiz/Agência Senado

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que a substituição do atual indexador da dívida dos estados (IGP-DI) pela taxa Selic não é positiva. A proposta foi anunciada pela ministra Ideli Salvatti.

Apesar de elogiar a disposição do governo para negociar, o senador defende a adoção da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), hoje em 6% ao ano. Projeto de Lindbergh com este objetivo (PLS 618/11) tramita na CAE.

## Ângela destaca números positivos da economia

Ângela Portela (PT-RR) disse que a economia brasileira tem apresentado dados positivos, mesmo com o ambiente internacional ainda preocupante.

Segundo Ângela, podem ser observados índices positivos de crescimento do produto interno bruto (PIB), preservação da estabilidade, inflação e juros em declínio e expansão do emprego. A senadora apontou ainda a redução das desigualdades sociais, com crescimento da classe média.

O crescimento econômico, ressaltou Ângela, deu mais poder ao trabalhador brasileiro, que hoje tem como buscar melhores vagas em um mercado de trabalho aquecido, podendo mudar de emprego com maior facilidade, em busca de salário mais elevado ou de melhores condições para exercer a profissão.

## Auditoria do TCU em agências reguladoras será tema de debate

A governança das agências reguladoras federais de infraestrutura será discutida em audiência pública pela CAE. O requerimento foi feito por Ana Amélia (PP-RS) em função de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), cujo resultado foi encaminhado ao Senado.

O colegiado também aprovou requerimento para convidar a presidente da Petrobras, Graça Foster, a apresentar os planos da empresa para os próximos anos. A iniciativa é de Inácio Arruda (PCdoB-CE). As datas das duas audiências ainda serão definidas pela comissão.

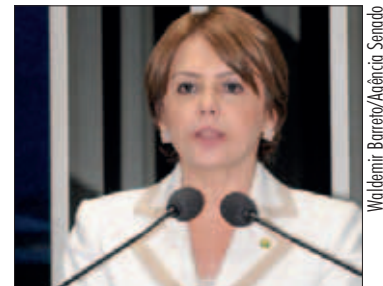
## Comissão Mista de Orçamento discute transparência no dia 19

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza na quinta-feira da próxima semana, a partir das 10h, audiência pública sobre o programa internacional Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership — OGP).

O objetivo do programa é incentivar práticas gover-

namais de promoção da transparência, combate à corrupção e participação social.

O debate terá a participação de especialistas estrangeiros em transparência legislativa. O OGP foi lançado em setembro de 2011, em Nova York, com a presença dos presidentes Barack Obama e Dilma Rousseff.



Senadora diz que o brasileiro pode buscar melhores vagas de trabalho

Comissão de senadores e deputados deve investigar relações entre Carlos Cachoeira, preso por exploração de jogo ilegal, parlamentares, agentes públicos e empresas

# Líderes apoiam CPI mista sobre Cachoeira

UMA COMISSÃO PARLAMENTAR mista de inquérito para apurar os desdobramentos da Operação Monte Carlo, da Polícia Federal, deve ser instalada até a próxima semana, segundo informou Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), ontem, após reunião dos líderes do Senado.

O senador relatou que o presidente da Câmara, Marco Maia, já havia manifestado o interesse dos deputados em formar comissão mista para o caso. Randolfe acrescentou que o líder do PT, Walter Pinheiro (BA), vai elaborar documento, a ser enviado à Câmara, com detalhes sobre como será a instalação da CPI.

— Como as lideranças da Câmara e do Senado decidiram de forma unânime pela CPI mista, ela, tacitamente, já existe — afirmou o líder do PSOL.

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), acrescentou que a comissão vai investigar também o envolvimento de agentes pú-



Sarney preside reunião em que líderes no Senado manifestaram preferência por CPI mista, em vez de uma em cada Casa

blicos e privados com supostas atividades ilegais, em especial as relações entre o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) e Carlinhos Cachoeira, preso por exploração de jogos ilegais. Para Alvaro, o Senado e a Câmara devem alternar os cargos de presidente e relator da comissão, mas há preferência pela relatoria. Ele

reivindicou também equilíbrio entre governo e oposição na distribuição de cargos na CPI.

O líder tucano ainda salientou a importância de restaurar a credibilidade das comissões parlamentares de inquérito, para evitar investigações baseadas em “vazamentos seletivos”, em que alguns nomes são incluídos e outros ficam

de fora. Ele observou que a empresa Delta Construções, ligada a Cachoeira, recebeu R\$ 4,1 bilhões do governo federal entre 2007 e 2012.

Randolfe destacou que a CPI mista será destinada à investigação da relação de parlamentares e servidores com Carlinhos Cachoeira, com a Delta Construções e

com outras empresas que tenham praticado fraudes em licitações, podendo ser acrescentados novos nomes durante seu funcionamento. O senador reafirmou a necessidade de dar celeridade ao processo.

Walter Pinheiro pediu que o Supremo Tribunal Federal (STF) repasse ao Conselho de Ética do Senado — que decidiu ontem abrir processo por quebra de decoro contra Demóstenes — o inteiro teor da documentação existente sobre a investigação da Operação Monte Carlo.

Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que a presidente Dilma Rousseff deve ser avisada das denúncias de participação de servidores do governo federal e disse temer que, nos próximos dias, parlamentares governistas desistam de assinar o requerimento de criação da CPI. Gim Argello (PTB-DF) destacou o apoio dos partidos do Bloco União e Força — PTB, PR e PSC.



Valadares, ao lado de Randolfe (D): Demóstenes tem dez dias úteis para apresentar defesa prévia

## Conselho de Ética abre processo contra Demóstenes por quebra de decoro

Eleito ontem presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) aceitou a representação contra Demóstenes Torres apresentada pelo PSOL e abriu processo para averiguar quebra de decoro parlamentar.

Se Demóstenes for condenado, pode perder o mandato. A decisão cabe ao Plenário, após votar o parecer do Conselho de Ética. Valadares determinou a notificação de Demóstenes para que apresente defesa prévia em dez dias úteis.

A indicação de Valadares para presidir o Conselho de Ética ocorreu por ele ser o mais antigo dos membros.

— Vou fazer o possível para não decepcionar o Senado. Não gosto de julgar colegas, mas, tratando-se de um caso em que o nome do Senado está em jogo, não posso negar-me à missão — disse.

O Conselho de Ética estava sem presidente desde o ano passado, quando João Alberto Souza se licenciou do Senado. O vice-presidente do colegiado, Jayme Campos (DEM-MT), declarou-se impedido de decidir sobre a representação contra Demóstenes, que já foi seu colega de partido. Vital do Rêgo (PMDB-PB) foi convidado, mas negou porque já preside a Corregedoria e não poderia acumular os cargos.

## Relator do processo será escolhido amanhã

O presidente do Conselho de Ética, Antonio Carlos Valadares, acatou a argumentação de Walter Pinheiro e decidiu esperar o prazo regimental de dois dias úteis para realizar o sorteio do relator do processo contra Demóstenes Torres. O sorteio será amanhã.

Randolfe Rodrigues disse ter certeza de que o conselho “dará à representação [apresentada pelo PSOL contra Demóstenes] a resposta que a opinião pública espera”.

O parlamentar afirmou que, com Pedro Taques (PDT-MT), começara a colher assinaturas para a instalação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as relações entre parlamentares e o empresário Carlinhos Cachoeira.

O requerimento para a CPI, informou, já tinha as assinaturas de Cristovam Buarque (PDT-DF) e Ana Amélia (PP-RS).

## Wellington quer pedir acesso a dados da Operação Monte Carlo ao STF

Para que o Senado possa cumprir seu papel em relação a denúncias divulgadas pela imprensa, Wellington Dias (PT-PI) considerou que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa deve solicitar ao Supremo Tribunal Federal (STF) cópia do inquérito da Operação Monte Carlo e da investigação da participação de Demóstenes Torres nos negócios de Carlinhos Cachoeira.

Solicitação anterior encaminhada ao tribunal pelo presidente do Senado, José Sarney, foi negada pelo ministro-relator do processo no STF, Ricardo Lewandowski. Wellington apresentou requerimento — que ainda não foi votado — para que nova solicitação seja encaminhada, mas agora em nome do Conselho de Ética.

Demóstenes Torres deixou o Democratas na semana passada. A representação do PSOL contra ele, acatada pelo conselho, relata “percepção de vantagens indevidas” e “indícios de prática de atividades ilícitas”, caracterizando atitudes que desprestigiam o Senado e seus membros.



Wellington defende nova solicitação, agora em nome do Conselho de Ética

Wellington Dias ressaltou a decisão da bancada do PT em favor da instalação de CPI mista sobre o caso.

— Quero registrar que nossa bancada hoje reunida, somando-se às de outros partidos, colocou-se à disposição para a abertura de uma comissão mista para lidar com o tema, considerando sua profundidade, que vai além dos requerimentos que transitam no Conselho de Ética — assinalou.

## Capiberibe diz que vai entrar com ação contra jornal e revista



Senador contesta a Época e o Correio

João Capiberibe (PSB-AP) contestou ontem denúncias publicadas pela revista *Época* e pelo jornal *Correio Braziliense* de que teria recebido a casa em que mora atualmente, em Macapá, como presente da empreiteira Engeform.

De acordo com o senador, a casa mencionada nas reportagens foi adquirida com recursos próprios, sendo o valor de R\$ 300 mil dividido em uma entrada de R\$ 40 mil e 26 parcelas de R\$ 10 mil.

Ele informou ainda que,

apesar de ter enviado vários documentos à revista e ao jornal, como recibos e extratos bancários, as publicações mantiveram as acusações.

Capiberibe disse que está reunindo comentários postados na internet para entrar com

ação de danos morais contra os dois veículos. Na avaliação dele, a denúncia é mais uma tentativa de difamação feita por adversários políticos.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiaram Capiberibe.

Vai para a Câmara projeto que obriga órgãos públicos de defesa do consumidor, como os procons, a ter espaço específico para denúncias em suas páginas na internet

## Aprovado texto que permite a consumidor fazer denúncia *on-line*

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem projeto de lei que obriga os órgãos públicos de defesa do consumidor, como os procons, a oferecer canais de acesso pela internet para envio de denúncias. A proposta (PLS 450/11) é da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

A decisão da comissão teve caráter terminativo. Por isso, caso não haja recurso para votação no Plenário do Senado, irá diretamente para a Câmara.

O texto aprovado ontem também permite ao governo usar a internet para notificar empresas para que elas prestem informações sobre questões de interesse do consumidor.

Em seu relatório sobre o projeto, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirma que tal medida pode tornar “mais ágeis os procedimentos administrativos de defesa de direitos previstos na legislação”.

Aloysio Nunes ressalta ainda que o comércio pela internet adquiriu



Para o relator, Aloysio Nunes, medida torna mais ágil a defesa de direitos do cidadão

“inegável importância e magnitude”. Ele observa, no entanto, que, por ser uma atividade relativamente recente, ainda não foi devidamente regulamentada pelo Código de Defesa do Consumidor.

## Novo caminho para apresentar queixa contra empresa aérea

A Comissão de Meio Ambiente aprovou projeto que obriga a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) a manter uma página na internet para receber queixas dos viajantes.

Pelo texto (PLS 623/11), do senador Sérgio Souza (PMDB-PR), a agência também deverá divulgar indicadores

sobre o desempenho das empresas.

A proposta foi relatada por Ivo Cassol (PP-RO), com parecer pela aprovação.

Agora será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa (não precisará passar pelo Plenário).

## Votação de Lei da Copa espera debate com presidente da Fifa

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) enviará ainda esta semana correspondência ao presidente da Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa), Joseph Blatter, pedindo que ele marque a data da audiência pública sobre o projeto da Lei Geral da Copa de 2014. A urgência do pedido deve-se ao fato de que a votação da matéria depende da realização da audiência.

— Enquanto não houver audiência com o presidente da Fifa, o projeto está sobrestado [suspensão] — disse o presidente da CE, senador Roberto Requião (PMDB-PR), ao final de outro debate, este com o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, realizado ontem pela comissão.

Requião anunciou, no início da reunião, que Blatter havia aceitado o convite para uma audiência pública no Senado, depois que as três comissões onde tramita o projeto — a CE, a de Assuntos Econômicos (CAE) e a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) — recusaram a vinda do secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke. A recusa ocorreu depois de Valcke dizer que os

organizadores da Copa mereciam um “chute no traseiro”.

Em sua exposição aos senadores, Aldo Rebelo procurou demonstrar uma postura conciliatória em relação à Fifa.

— A Fifa já pediu desculpas. Creio que não devemos alimentar esse episódio — afirmou.

O ministro informou que as obras diretamente ligadas ao evento custarão de R\$ 27 bilhões a R\$ 30 bilhões. Incluídas, porém, as obras de infraestrutura e logística, o total pode superar os R\$ 100 bilhões.

Diante da preocupação de alguns senadores com o cronograma das obras, Rebelo disse que “não subestima as dificuldades”, mas considerou a realização do evento uma oportunidade para o Brasil.

Aprovado pela Câmara no último dia 28, o projeto disciplina os direitos comerciais da Fifa na realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014. Também estabelece privilégios temporários para a entidade e seus associados durante os eventos.



Ao lado de Requião (C) e Paulo Bauer, Rebelo (E) diz que mal-estar com a Fifa está superado

## Debatedores afirmam que, no Brasil, cruzeiros são seguros

Nos últimos quatro anos, apenas quatro navios de cruzeiro foram retidos nos portos brasileiros por apresentarem algum tipo de problema.

Todos de origem estrangeira, os navios foram submetidos a 103 inspeções da Marinha. Na maioria dos casos, constatou-se bom estado operacional.

Os números foram informados pelo superintendente de segurança do tráfego aquaviário da Marinha, o capitão de mar e guerra Mauro Guimarães

Carvalho Leme Filho, ontem, em audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O debate, sugerido por Ana Amélia (PP-RS), foi motivado pelo naufrágio do navio Costa Concordia, em janeiro, na Itália. A intenção era verificar a segurança no Brasil.

A segurança foi reiterada pelo presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Abremar), Ricardo Amaral. Segundo ele, 28 fatalidades

foram registradas a bordo entre 2002 e 2011. A maioria (22) envolveu tripulantes e foi classificada de acidente de trabalho.

Profissional treinado para manobrar navios próximos a obstáculos, o prático também foi apontado como fundamental para reduzir acidentes.

— Toda manobra de navio tem riscos potenciais — disse Marcos Matusevicius, representante do Conselho Nacional de Praticagem (Conapra).



Mauro Leme Filho, Benedito de Lira e Ricardo Amaral durante a audiência

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

## Comissão aprova Semana de Educação Ambiental nas escolas

Para popularizar a educação ambiental, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou ontem um projeto de lei que institui a Semana de Educação Ambiental nas escolas do país.

Segundo o projeto (PLC 15/09), a semana deverá ser realizada na primeira quinzena de junho e contar com atividades em todas as disciplinas. O autor, deputado licenciado Maurício Rands, escolheu esse período porque 5 de junho é o Dia Mundial do Meio Ambiente.

O projeto foi relatado pela senadora Ana Rita (PT-ES) e vai agora para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A proposta teve um voto contrário, do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Ele argumentou que estados, municípios e escolas têm autonomia para organizar o calendário escolar:

— O que me incomoda no projeto é a interferência do Congresso em assuntos que são de competência das escolas, dos estados e municípios. Daqui a pouco, não vamos precisar de governos e secretarias de educação.

## Novo presidente de comissão mista espera ação na Rio+20

Eleito ontem presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, o deputado federal Márcio Macêdo (PT-SE) disse esperar que os próximos meses sejam de trabalho intenso, para que o Congresso colabore com a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), marcada para junho.

— Vamos trabalhar para que a Rio+20 inclua a temática do clima — disse.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) foi eleita vice-presidente da comissão.

O senador Sérgio Souza (PMDB-PR), que era o presidente, será agora relator.

Vanessa lembrou que essa é a única comissão mista em funcionamento no Congresso, além da Comissão de Orçamento — o que mostra a importância do tema.

Composta de 12 deputados federais e 12 senadores, a comissão funciona desde 2008 com o objetivo de monitorar e fiscalizar as ações brasileiras para amenizar os impactos do aquecimento global.



Comissão de Meio Ambiente debate o desenvolvimento sustentável do Cerrado, região responsável por 40% da produção de carne bovina e 60% da de soja no país

# Debatedores pedem lei específica para garantir proteção do Cerrado

Metade da área original já foi modificada pela ação humana, principalmente nos últimos 50 anos, segundo analistas ouvidos na CMA

ESPECIALISTAS OUVIDOS EM debate ontem, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), defenderam a criação de uma legislação específica para a utilização racional do Cerrado. Eles enfatizaram que é preciso proteger solos e recursos hídricos para garantir o avanço da agropecuária, mas também definir normas de proteção às áreas cobertas por vegetação nativa.

Segundo maior bioma brasileiro, atrás apenas da Amazônia, o Cerrado compreende cerca de 2 milhões de quilômetros quadrados em dez estados e no Distrito Federal. Estima-se que metade da área original já tenha sido modificada pela ação humana, processo ocorrido principalmente nos últimos 50 anos.

— É um espaço de tempo muito curto. Se continuar nesse ritmo, em 40 anos teremos apenas remanescentes de Cerrado, como ocorreu com a Mata Atlântica [hoje com 7% da área original] — alertou o superintendente da Fundação Pró-Natureza (Funatura), Cesar do Espírito Santo.

O bioma reúne cerca de 10 mil espécies de plantas, 837 de aves, 820 de abelhas silvestres

e 47% da fauna brasileira, disse Roberto Cavalcanti, secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Apenas 2,6% dessa riqueza está protegida em unidades de conservação federal, segundo Donizete Tokarski, presidente do Conselho da Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação (Ecodata).

— O Cerrado, de fato, está abandonado do ponto de vista de unidades de conservação integral — disse.

## Produtividade

Da área de Cerrado aberta (não ocupada por florestas),

mais de três quartos são pastagens, voltadas à criação de 72 milhões de cabeças de gado. O restante está ocupado principalmente por grãos. A região responde por 40% da produção de carne bovina do país, 84% do algodão, 60% da soja e 44% do milho.

Os avanços da produção agrícola, conforme destacou José Roberto Peres, chefe da Embrapa Cerrados, resultaram de ganhos de produtividade, a partir da incorporação de tecnologia.

Peres alertou, no entanto, para o passivo social e ambiental resultante do crescimento da agropecuária: êxodo rural, uso exaustivo de recursos

naturais e de insumos derivados do petróleo, além de poluição e contaminação dos rios.

Segundo observou, o país dispõe de tecnologia para uma produção mais sustentável, reduzindo o desmatamento e potencializando o uso de áreas já abertas.

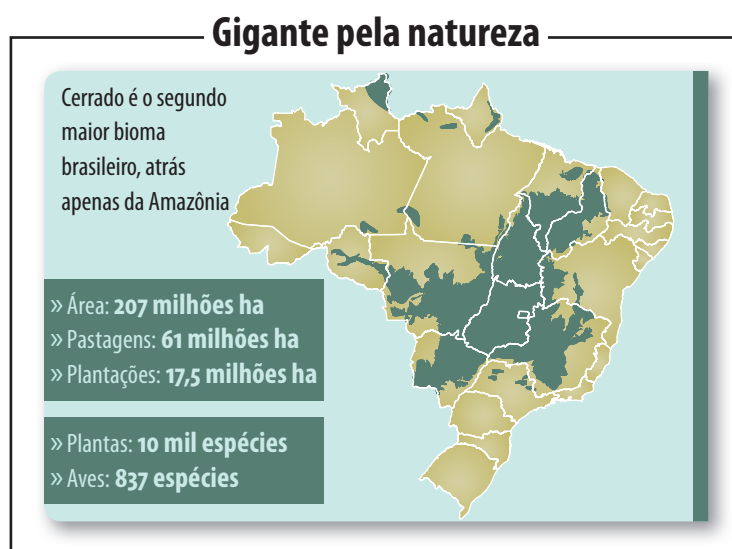
— Temos a grande oportunidade de inserir o modelo de economia verde, que retorna para a sociedade investimentos em redução nas emissões, uso eficiente de recursos naturais e redução de resíduos.

Ao destacar a importância da Embrapa, o senador Blairo Maggi (PR-MT) frisou que “sem pesquisa, o Brasil ainda seria um importador e não um exportador”.

— Sem a produção agrícola no Cerrado, o Brasil não seria o que é hoje e estaria em maior dependência econômica e social — disse, criticando os que antagonizam produção e preservação.

No entanto, Donizete Tokarski disse que o aproveitamento do Cerrado esbarra na falta de assistência técnica capaz de valorizar sua biodiversidade.

— É preciso rever a formação profissional, para que o técnico não veja apenas a produtividade das culturas.



## Preservação do bioma é essencial para recursos hídricos do país

Os debatedores também manifestaram preocupação com as consequências da destruição do Cerrado sobre os recursos hídricos. Na região estão os aquíferos Guarani e Urucuaia, além da cabeceira de importantes bacias hidrográficas, como São Francisco, Paraná e Araguaia-Tocantins.

Para Mercedes Bustamante, professora da Universidade de Brasília (UnB), a retirada da vegetação interfere diretamente no papel de “caixa d’água” do bioma.

— Quando modificamos a cobertura vegetal, estamos mexendo na transferência desse importante recurso que é a água — frisou.

Para o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), é preciso aprofundar o conhecimento sobre o ciclo hidrológico e os mecanismos de reabastecimento de mananciais subterrâneos e superficiais. Ele também destacou a necessidade de gerar informações sobre os serviços ecossistêmicos das áreas preservadas.

## PEC do Cerrado classifica região como patrimônio nacional

No debate na CMA, foi defendida a aprovação da chamada PEC do Cerrado (PEC 115/95), que altera o artigo 225 da Constituição para incluir o bioma como patrimônio nacional, ao lado da Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Pantanal e Zona Costeira, já previstos na Carta. A matéria tramita na Câmara.

Além de questões como a proteção da biodiversidade, os debatedores observaram a necessidade de caracterizar as diversas formas da vegetação.

Também lembraram a importância de proteger a população local e adotar políticas que incentivem a diversificação das atividades econômicas, valorizando frutos e produtos do Cerrado.

Para Jorge Viana (PT-AC), é preciso uma legislação que atenda “à agenda do Brasil”, envolvendo preservação dos recursos e produção de alimentos. Sérgio Souza (PMDB-PR) apoiou a criação de leis “com a responsabilidade da sustentabilidade”.

## Bauer pede votação de jornada de 30 horas para enfermeiros

Paulo Bauer (PSDB-SC) pediu a aprovação do projeto (PLS 161/99) que estabelece jornada de trabalho de 30 horas para enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. Aprovado pelo Senado em 1999, o projeto tramita desde 2000 na Câmara (PL 2.295/00), onde aguarda votação no Plenário.

— Causa estranheza o enorme tempo decorrido, apesar do parecer favorável em todas as comissões.

Para ele, a medida é necessária porque os enfermeiros muitas vezes são submetidos a jornadas desumanas.

## Audiência discutirá jornada de trabalho do farmacêutico

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai realizar audiência pública com a Comissão de Assuntos Sociais para discutir a redução da jornada de trabalho dos farmacêuticos.

Requerimento com essa finalidade, de autoria de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), foi aprovado ontem pela CAE.

A redução da jornada foi proposta em 2005 pelo então deputado José Carlos Coutinho (PLC 113/05). Segundo a proposta, o farmacêutico terá carga de 30 horas semanais, sem redução de salário.

## Paim lê editorial sobre falhas do transporte público



Waldemir Barreto/Agência Senado

A realização de uma audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre os problemas do transporte público urbano foi o tema de editorial do jornal gaúcho *Correio do Povo*, segundo o presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS). O jornal frisa a necessidade de se oferecerem alternativas qualificadas de transporte de massa e diz que o modelo está próximo do colapso.

Especialistas reclamaram que faltam orientações padronizadas para que policiais recebam denúncias baseadas na Lei Maria da Penha; para pesquisadora, agentes ainda agem conforme seus preconceitos

# Delegacias não têm regras para atender mulheres

A FALTA DE padronização no atendimento feito pelos profissionais que atuam no combate à violência contra a mulher foi um dos problemas apontados por pesquisadores, ontem, em audiência da comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga essa situação no país.

De acordo com Wânia Pasinato, do Núcleo de Estudos da Violência da USP, pesquisas comprovam que os profissionais das delegacias especializadas fazem atendimentos orientados por concepções pessoais sobre a vítima.

— Não há um protocolo que diga que todos os policiais devem atuar da mesma maneira. Dependendo do perfil, ele vai atender melhor ou pior a uma mulher. Dedicamos um tempo à observação de uma delegacia, em Belo Horizonte, e percebemos que as mulheres que chegavam com marcas de violência física tinham um atendimento mais fácil do que as que sofreram violência psicológica ou ameaça.

A pesquisadora Lia Zanotta, do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da UnB, afirmou que a própria sociedade legítima determinadas formas de violência. Ela



A senadora Ana Rita, a deputada Jô Moraes e a pesquisadora Cecilia Sardenberg

explicitou que o estupro pode ser visto como banal ou abominável — dependendo da vítima.

Para Lia, isso parte principalmente da concepção enraizada no Brasil de que os homens têm controle sobre “suas” mulheres.

Miriam Grossi, do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades da Universidade Federal de Santa Catarina, destacou a necessidade de reflexões sobre o tema. Para ela, o debate é escasso.

— O que me impressiona é que esse diálogo não está nos cursos superiores que vão lidar diretamente com o problema, como os de direito, psicologia e enfermagem — disse.

Outro problema, apontado

pela representante do Observatório Lei Maria da Penha (Observe/Ufba), Cecilia Sardenberg, são a escassez e a falta de padronização das estatísticas dos órgãos especializados.

Segundo ela, os funcionários que computam as informações das delegacias e juizados classificam de “detalhes” aspectos que, para as pesquisadoras, são de extrema importância.

— É fundamental sensibilizar nossos informantes quanto a esses aparentes detalhes. Isso implica a capacitação de pessoal dos órgãos envolvidos.

A CPI mista é presidida pela deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) e tem como relatora a senadora Ana Rita (PT-ES).

## Aloysio Nunes quer mais investimentos em rodovias federais

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) propôs que o governo dê atenção às estradas federais, que têm registrado recordes de acidentes.

Segundo ele, somente a BR-153, em São Paulo, considerada uma das mais perigosas do país, registrou 179 acidentes no feriado da Páscoa, com duas mortes.

O senador informou que dados do Ipea apontam para a necessidade de investimentos no setor de 3,4% do produto interno bruto (PIB) — R\$ 193 bilhões. No entanto, o orçamento do Dnit é de somente R\$ 14 bilhões.

## Petecão agradece apoio a evento beneficente no Acre

Sérgio Petecão (PSD-AC) agradeceu aos parlamentares que participaram de jogo de futebol beneficente no dia 29 de março, em Rio Branco, que arrecadou donativos para as vítimas das enchentes no Acre.

— Arrecadamos em torno de 360 cestas básicas e R\$ 40 mil. Conseguimos levar um número expressivo de pessoas ao estádio Florestão.

Petecão lamentou a decisão do governador, Tião Vianna, de não aceitar donativos.



Moreira Mariz/Agência Senado

## Vanessa elogia governo por legalizar 600 haitianos



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) informou que o Conselho Nacional de

Imigração, do Ministério do Trabalho, regularizou a situação de 600 haitianos que querem viver no Brasil.

— Somos um povo que passa por muita dificuldade, mas nunca deixamos de receber com todo respeito, de forma extremamente acolhedora, estrangeiros que fogem de situações adversas — disse.

## Mozarildo propõe ação para distribuir melhor médicos pelo país



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu ao governo “medidas urgentes” para

resolver o problema da concentração de médicos nas regiões desenvolvidas e da falta de profissionais nas regiões pobres.

Para ele, o Brasil tem médicos em quantidade suficiente para atender a todas as regiões. Porém, devido às condições precárias de trabalho, a maioria prefere ficar nos grandes centros.

## Anibal Diniz destaca momento de oportunidades no Acre



Waldemir Barreto/Agência Senado

Anibal Diniz (PT-AC) disse que o Acre vive um momento de oportunidades e de crescimento político,

econômico e ambiental, com ações que fortalecerão as mais diversas iniciativas, da piscicultura ao plantio de árvores em áreas degradadas.

O estado, disse, atua para implantar uma zona de processamento de exportação, já habilitada, e tem na educação o ponto central do desenvolvimento, com foco na alfabetização de jovens e adultos.

## Gim Argello é líder do Bloco União e Força, com 13 senadores

Gim Argello (PTB-DF) comunicou ter sido escolhido líder do Bloco União e Força, que reúne PTB, PR e PSC. Composto por 13 senadores, o bloco tem como alicerces “os valores democráticos, humanistas e desenvolvimentistas”, segundo Gim.

— A atividade política deve ser pluralista. Os partidos que têm ideias comuns devem se unir para que as vozes possam chegar fortes ao governo — afirmou.



Moreira Mariz/Agência Senado

## Grupo debate TI no poder público

A Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle (TIControle) se reúne hoje, no Senado.

O objetivo é discutir formas de melhorar a gestão pública, por meio do compartilhamento de conhecimentos, informações e soluções de tecnologia da informação.

Na reunião, haverá palestra da diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, sobre governança corporativa e gestão estratégica na Casa.

O grupo reúne 18 órgãos do Legislativo, do Executivo, do Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia-Geral da União.

## Páscoa: 4 mil visitantes no Congresso

O Congresso Nacional recebeu um grande número de visitantes no feriado da Semana Santa. Entre a quinta e o domingo, 4.187 pessoas visitaram o Senado e a Câmara.

O dia de maior procura pelas visitas guiadas foi o sábado, com 1.544 pessoas — o dobro da média para esse dia.

As visitas são realizadas todos os dias, inclusive sábados, domingos e feriados, das 9h30 às 17h, sem interrupções, com saídas a cada 30 minutos.

Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail [visite@senado.gov.br](mailto:visite@senado.gov.br) ou pelos telefones (61) 3303-4671 e 3303-1581.